

Desconstrução de mitos homofóbicos no Exército Brasileiro e mapeamento de repercussões históricas a partir do testemunho “Soldados não Choram”

Deconstruction of homophobic myths in the Brazilian Army and historical repercussions on testimony “Soldados não Choram”

Deconstrucción de mitos homófobicos en el Ejército Brasileño y mapeo de repercusiones históricas en el testimonio “Soldados não Choram”

 <https://doi.org/10.47456/simbitica.v10i2.39833>

 **Matteo Gigante**

Doutor em Estudos de Literatura e de Cultura – Estudos Portugueses e Românicos (especialidade em Estudos Brasileiros) pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Portugal. Investigador do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Universidade de Lisboa (CLEPUL). E-mail: giga.matteo91@gmail.com

RESUMO

Neste artigo interpretamos o depoimento “Soldados não Choram”, publicado em 2008, nas suas relações com a sociedade brasileira, que, atualmente, desafia tradicionais mitos de masculinidade. O contexto castrense apresenta-se como complicado para o casal de soldados, que enfrentou retaliações ao assumir a própria homossexualidade. Aplicando ao texto uma metodologia que entrecruza uma análise literária, inspirada na tradição testemunhal, com ferramentas hermenêuticas das Ciências Sociais, que descrevem a especificidade do contexto castrense, selecionamos argumentos capazes de mapear mudanças históricas e reconfigurações de paradigmas sociais. Assim, a partir do depoimento, interpretamos instâncias e sugestões para melhorar o presente e projetar o futuro que queremos construir.

Palavras-chave: literatura de testemunho; direitos humanos; homofobia; Exército Brasileiro.

ABSTRACT

In this article we interpret the statement “Soldados não Choram”, published in 2008, in its relations with Brazilian society that currently challenges traditional myths of masculinity. The military context presents itself as complicated for the couple, who faced retaliation when assuming their own homosexuality. Applying to the text a methodology that intertwines a literary analysis, inspired by the testimonial tradition,

with hermeneutical tools from the Social Sciences, which represents the specificity of the military context, we selected arguments capable of mapping historical changes and reconfigurations of social paradigms. Thus, we interpret from the text instances and suggestions to improve the present and project the future we want to build.

Keywords: testimony literature; human rights; homophobia; Brazilian Army.

RESUMEN

En este artículo interpretamos el testimonio “Soldados não Choram”, publicado en 2008, en sus relaciones con la sociedad brasileña que, actualmente, desafía mitos tradicionales de masculinidad. El contexto castrense se presenta como complicado para la pareja de soldados, quienes enfrentaron represalias al asumir su propia homosexualidad. Aplicando al texto una metodología que entrelaza un análisis literario, inspirado en la tradición testimonial, con herramientas hermenéuticas de las Ciencias Sociales, que describen la especificidad del contexto militar, seleccionamos argumentos capaces de mapear cambios históricos y reconfiguraciones de paradigmas sociales. Así, a partir del testimonio, interpretamos instancias y sugerencias para mejorar el presente y proyectar el futuro que queremos construir.

Palabras clave: literatura de testimonio; derechos humanos; homofobia; Ejército Brasileño.



Apresentação do depoimento “Soldados não choram”

Este artigo interpreta o depoimento *Soldados não choram: a vida de um casal homossexual no Exército do Brasil*, publicado em 2008, pela editora Globo, com o objetivo de observar, numa perspectiva histórica e social, as dinâmicas de exclusão e de arbitrariedade, que se interligam com práticas patriarcais e homofóbicas, nos contextos humanos apresentados.

A análise literária dessa obra, inspirada na tradição testemunhal, entrecruza-se com a aplicação de uma metodologia interessada em indagar diferentes campos do saber, acompanhando ferramentas hermenêuticas clássicas das Ciências Sociais com novas perspectivas epistemológicas transdisciplinares, respondendo à necessidade de descrever a especificidade do contexto castrense, retratado na narrativa. Portanto, conjugando ferramentas teóricas das Ciências Humanas e dos Estudos Literários, o artigo emprega uma metodologia baseada na seleção de material bibliográfico. Nesse sentido, para realizar este artigo foram reavaliados dados, conceitos e fenômenos investigados na nossa tese de doutoramento e em pesquisas posteriores.

Nessa tarefa analítica interpretamos o contexto militar a partir dos renomados estudos de cientistas sociais como Goffman ou Bourdieu e dos filósofos Althusser e Badinter. O mesmo tema foi contextualizado no Brasil através dos estudos da politóloga D’Araujo, dos juristas Vecchiatti e Soares, da antropóloga Mendes e, na realidade contemporânea, através da produção acadêmica da socióloga Carreiras. Na análise da masculinidade contemporânea foram observados trabalhos de Guasch, Mosse, Seffner, Miskolci, Quinalha e Mieli, além de um volume de Connel e Pearse. A partir desse marco teórico geral, delineado e selecionado com base na pertinência dos argumentos ao nosso escopo de pesquisa, a sucinta análise literária sobre o testemunho realizou-se principalmente à luz dos argumentos de Ginzburg e Dassin.

Assim, enriquecendo o nosso olhar hermenêutico sobre o depoimento, neste estudo selecionamos argumentos capazes de observar elementos da sociedade brasileira, em uma perspectiva historiográfica, mapeando – do ponto de vista jurídico e social – possíveis mudanças ou reconfigurações de determinados paradigmas no presente e no futuro que queremos construir.

O depoimento mostra o itinerário das vicissitudes do ex-Sargento Fernando Alcântara de Figueiredo e do consorte, o ex-militar Laci Marinho de Araújo, traduzidas para o universo da escrita pelo experiente cálamdo do jornalista Roldão Arruda. O texto estrutura-se em breves capítulos que descrevem o decurso e o devir desse casal, enfatizando alguns tópicos, como a rígida formação familiar, religiosa e militar. Tais memórias emergem em primeira pessoa, pela voz do narrador Fernando. O estilo divulgativo, acessível e conciso do texto aproveita-se, recorrentemente, do recurso do discurso direto, privilegiando o registro linguístico popular e o léxico da oralidade, além dos termos do glossário castrense.

O propósito memorialista da obra se entrelaça com o seu teor reivindicativo e com a apresentação de ponderações acerca das relações cívico-militares no Brasil contemporâneo, à luz da história vivida pelos protagonistas. O requintado olhar crítico dos autores prova uma profunda erudição perante a cultura brasileira, formulando, com sensibilidade e honestidade intelectual, propostas de mudança que revelam uma perspectiva crítica genuinamente democrática e inclusiva e sugerindo reformulações nas configurações hierárquicas da instituição.

Ao mesmo tempo, a obra testemunha episódios de desvirtuamento desse sistema, apelando à justiça em uma situação na qual, segundo os autores, como posteriormente determinado pelo Supremo Tribunal Federal do Brasil, representantes da Justiça Militar – instituição preposta, nesse caso, a cumprir a lei – atuaram de forma parcial. Por outro lado, o texto reivindica direitos humanos essenciais, condenando o abuso da violência e a tortura, crueldades que assombram a vida tanto dos cidadãos quanto dos próprios militares e provocam um sofrimento incompatível com a promoção de uma democracia plena num Estado de Direito.

Esse depoimento manifesta uma visão empática tanto em relação aos direitos da população quanto em relação a quem se arregimenta em instituições militares, procurando o próprio caminho de vida e uma estabilidade econômica, comprometendo-se com a democracia.

Do ponto de vista formal, cabe destacar que esse texto se desdobra a partir de uma resenha publicada na revista brasileira *Época*, acompanhada por uma série de artigos de teor jornalístico. O texto é fruto de uma coautoria entre o jornalista e o ex-sargento Fernando Alcântara de Figueiredo. Reaplicando a tradicional metodologia de elaboração de obras de literatura de testemunho, expostas por Ginzburg (2016:289), as memórias do soldado foram gravadas em uma fita e transcritas pelo jornalista, acrescentando ulteriores detalhes biográficos, esclarecidos posteriormente. Assim, na sua redação o jornalista prezou por uma referência minuciosa das figuras públicas, que intercederam no ocorrido. Como pontuado pelo redator: “Fernando e eu tínhamos alguns pontos de tensão quanto à linha narrativa. No olho do furacão, ele dava destaque a ataques diretos aos militares e à estrutura em que vivem. Eu queria mais fatos, mais histórias” (Figueiredo, Arruda, 2008:196).

Portanto, frisa-se o propósito maiêutico do jornalista que, apresentando os fatos, busca desenredar o enredo do narrador adaptando-o à linguagem escrita e acompanhando-o com elementos biográficos que remetem ao gênero do testemunho latino-americano com o qual essa obra apresenta numerosas afinidades. O jornalista reitera o seu compromisso fundamental com a verdade e com a exigência de introduzir na narrativa documentos e fotografias que comprovem a autenticidade do relato, elemento sublinhado por Dassin (1992:163) como marcante, na literatura de testemunho, para ressaltar o inextricável elo que liga a narrativa à realidade factual. Então, o papel do jornalista afigura-se como fulcral na filtragem das informações e numa reelaboração do relato, aprimorada em uma oportuna perspectiva de distanciamento crítico. Efetivamente, tratando-se de

uma sequência de eventos traumáticos, reais e concretos, o papel do jornalista foi fundamental tanto pela sua perícia na arte da escrita quanto pela capacidade de traduzir as vivências dos soldados em um momento traumático e de emergência expressiva, cuidando da linguagem, mantendo, ao mesmo tempo, o tom de denúncia e a vontade de resgate que emerge do texto. Nesse sentido, cabe realçar que um dos envolvidos, o ex-soldado Laci (apaixonado pela literatura), é evocado no relato enquanto voz passiva e não como coautor, encontrando-se naquele momento impropriamente preso, por razões esmeradamente questionadas ao longo do texto. De fato, o propósito essencial do depoimento é a exposição das arbitrariedades, das ameaças e das retaliações sofridas pelo casal provando a inocência de Laci, condenado por “deserção” após ter se afastado temporariamente da instituição, por motivos de saúde comprovados por baixa médica.

Um elemento interessante que perpassa a narrativa é o relato da vida cotidiana e principalmente da infância e da formação dos protagonistas. A formação castrense, detidamente descrita no texto, apresenta inúmeras correspondências com o estudo realizado por Erving Goffman (1974), no qual, entre outras instituições, são descritos os contextos de arregimentação militar. Proveniente de um contexto proletário de Recife, Fernando alistou-se nas fileiras do Exército em 1991, cogitando possibilidades de ascensão financeira e evolução pessoal. Com o intuito de continuar os seus estudos, o protagonista optou pelas Forças Aéreas, porém, a sua miopia o impediu de pilotar. Mesmo assim, o soldado prosseguiu a sua carreira esperando no quartel um clima cooperativo e solidário, que raramente se concretizou: “Em vez de camaradagem e apoio, encontrei um ambiente marcado por humilhações, grosserias, constrangimentos. Em mais de uma ocasião me peguei pensando em desistir. Não o fiz com medo de decepcionar minha família” (Figueiredo, Arruda, 2008:64). Na Base Aérea de Recife, Fernando empreendeu um processo seletivo de trinta e sete dias, denominado “quarentena”.

Nesse período os alistados precisavam provar as próprias competências técnicas ou a aptidão física para integrar as Forças Armadas, “no entanto, os únicos critérios que pareciam importar eram: quem é capaz de obedecer de maneira mais cega e de suportar mais humilhações?” (Figueiredo, Arruda, 2008:66). Apesar de carências materiais e infraestruturais, na Aeronáutica o soldado admite ter encontrado “muita gente boa, esforçada, qualificada, capacitada [...] Mas ali também imperavam o autoritarismo e os abusos” (Figueiredo, Arruda, 2008:75). Da mesma forma, em 1992, recomeçou o seu treinamento como internado na escola da base aérea de Jordão, também precária do ponto de vista infraestrutural.

Igualmente, na Escola para Sargentos da Aeronáutica em Juiz de Fora, recebeu dos seus superiores ataques gratuitos sendo apelidado de: “Lixo! Cão! Incompetente! Porcaria! Mocarongo! Songamonga! / Também gostavam de nos xingar de bisonho – quando queriam dizer sonso, retardado” (Figueiredo, Arruda, 2008:81). Em um estudo que parafraseia a obra de Goffman (1974),

Benelli (2014:29) enfatiza que nessas instituições se realizam amiúde rituais de iniciação, propedêuticos à incorporação de novos membros que são rebaixados com “trotes agressivos e humilhantes” para que se submetam e obedeçam a todas as ordens. Assim, os superiores costumam submeter os novatos a punições. Efetivamente, Fernando narra que, ao ingressar na “Escola”, foi preso sem explicação alguma. Posteriormente, por meio da colaboração de um superior, o soldado percebeu ter sido acusado, junto ao resto da tropa, pelo furto de um rádio (Figueiredo, Arruda, 2008:77). Portanto, apesar de Fernando mencionar algumas experiências positivas e de diálogo com superiores, normalmente, como visto, a incorporação nessas instituições é acompanhada por uma série de situações traumáticas.

Como assinalado por Benelli (2014:27), ao ingressar numa “instituição total” os internados iniciam uma “carreira moral” que os transforma significativamente. Sendo paulatinamente degradados e vilipendiados, esses sujeitos passam, assim, por um despimento dos próprios “referenciais identificatórios”, uma reconfiguração da personalidade, da percepção dos seus entes queridos e da autopercepção. Por outro lado, esses indivíduos sabem de antemão a subordinação e a alienação que incorporar essas instituições implica:

As pessoas podem decidir, voluntariamente, ingressar numa instituição total e depois lamentarem a perda da livre iniciativa e da possibilidade de tomarem decisões importantes na vida. [...]. Pensamos que isso ocorre, de algum modo, com aqueles que procuram instituições fortemente hierárquicas, tais como o exército e a polícia. Nessas organizações, a formação se dá em regime de internato temporário e a obediência aos superiores é a regra de ouro: não é preciso pensar muito, basta obedecer (Benelli, 2014:37).

Em contrapartida, no seu depoimento o ex-sargento apresenta uma visão bem diferente do que, segundo ele, deveria ser o papel “formativo” das Forças Armadas no Brasil, considerando que no país, atualmente, vigora oficialmente o alistamento obrigatório:

Um grande contingente dos jovens que passam pelas Forças Armadas acaba permanecendo ali por períodos em torno de seis anos. Se a instituição estivesse mais bem preparada para receber esses jovens, poderia cumprir com o principal papel que lhe cabe num país como o nosso, que vive em paz: oferecer a eles a oportunidade de uma boa educação e condições para enfrentar melhor o futuro, além de valores éticos e cívicos (Figueiredo, Arruda, 2008:83).

Tais considerações seriam corroboradas pelo compromisso que a instituição, teoricamente, assumiria, como afirma Cavilha Mendes (2002:38): “O Exército elabora para si a missão de ensinar, de instruir o indivíduo que nela ingressa”, sublinhando que, no passado, promoveu inclusive campanhas de alfabetização. Contudo, na nossa perspectiva, esse papel pedagógico das instituições militares apresenta-se frequentemente utópico, pelo menos se considerarmos o que, para nós, deveria ser a educação. Sem desconsiderar o papel das escolas militares que, para alguns, representam, uma inevitável alternativa a um sistema escolar público, diversas vezes subfinanciado e fragilizado, não podemos esquecer que as organizações militares se alicerçam num sistema

hierárquico, no qual a obediência incondicional é imprescindível e em que um pensamento crítico, independente e inconformado perante a realidade é amiúde evitado e condenado. Assim, acreditando que o pensamento crítico seja uma ferramenta fundamental na construção de uma cidadania plena, consideramos que o papel social da educação deve ser conferido, essencialmente e principalmente, à educação pública, na qual é preciso investir vigorosamente e estrategicamente para defender, reforçar e consolidar a democracia.

Apesar dessa ressalva, não podemos desconsiderar a condição na qual Fernando foi criado. Para ele o Exército apresentou-se como uma oportunidade de ascensão financeira porque a sua infância, num bairro popular de Recife, foi conturbada por uma situação econômica difícil. A mãe tinha crescido recebendo da sua família agressões físicas que reproduzia nos filhos, enquanto o pai, que trabalhava desde a infância, mostrava-se amiúde rígido e incapaz de manifestar os próprios sentimentos. Nessa estrutura familiar patriarcal tradicional, o pai não permitia que a esposa trabalhasse fora do lar doméstico:

Minha casa cheirava a religião. Quando meu pai ficava desempregado, rezávamos para que encontrasse outro emprego. E acho que éramos atendidos, porque ele nunca ficou parado por muito tempo: era despedido de um lugar e logo encontrava outra vaga, sempre na área de construção, como ferreiro armador (Figueiredo, Arruda, 2008:51).

Nesse contexto, onde a missa dominical era um imperativo, Fernando cresceu como “um menino introvertido e cheio de culpa. Uma culpa tão antiga que parece ter nascido comigo. Talvez tenha sido a educação católica” (Figueiredo, Arruda, 2008:50). Seguindo os preceitos da tradição religiosa, o ex-soldado conta: “Fui batizado, crismado, fiz primeira comunhão e servi como coroinha. Até os quinze anos acreditava que um dia seria padre” (Figueiredo, Arruda, 2008:51). Até a adolescência Fernando relembra do seu conforto no contexto eclesial estimando figuras do clero local como o bispo de Recife D. Hélder Câmara que, ao desafiar a ditadura militar, demonstrou uma “absoluta falta de medo dos poderosos” (Figueiredo, Arruda, 2008:53). Por isso, até hoje Fernando considera-se tendencialmente católico, apesar de não praticar e de reputar que a imposição de dogmas, bem como a lógica da culpa e do pecado, influenciariam negativamente os crentes, desalentando o questionamento humano.

Simultaneamente, uma instituição que deveria promover a liberdade e o pensamento crítico, apresenta-se, nesse caso, como coercitiva: “Além da culpa católica, o ambiente onde cresci também era repressivo, obscurantista. Tomei as primeiras porradas na vida – literalmente – na primeira escola que freqüentei, aos cinco anos, para ser alfabetizado” (Figueiredo, Arruda, 2008:54). Os meninos da escola do seu bairro eram vítimas da palmatória e, embora raramente padecesse este castigo, Fernando sofria ao ver os seus colegas maltratados. Prosseguindo o seu percurso escolar em um bom colégio público, o protagonista depara-se, pela primeira vez, com uma forma de arregimentação, apresentada numa perspectiva lúdica. Todos os dias os estudantes alinhavam-se

“como soldadinhos” reiterando as estrofes: “*marcha soldado, cabeça de papel, quem não marcha direito vai preso pro quartel...*” (Figueiredo, Arruda, 2008:56. Grifo do autor). Sucessivamente entoavam “com a mão no peito” o Hino Nacional, o Hino à Bandeira e o Hino do Estado de Pernambuco. Fernando relembra que: “Lá não tinha palmatória, mas os gritos, puxões de orelha e beliscões faziam parte da rotina” (Figueiredo, Arruda, 2008:56).

Nesses relatos observamos um ambiente educacional repressivo em vários sentidos. A religião, o Estado e a família, conceitos ainda reevocados no *slogan* reacionário e fascista “Deus, Pátria e Família”, proporcionaram compulsoriamente ao protagonista uma formação identitária castrante. Tais conceitos se revelavam, na prática, como repressivos. Contudo, na vida de Fernando essa poliédrica repressão reemergia através de novos preceitos, reconfigurando-se na heteronormatividade que o filósofo e ativista italiano Mario Mieli descreveu pioneiramente, considerando as teorias de Freud sobre a sexualidade, nesses termos:

A sociedade repressiva e a moral dominante consideram «normal» apenas a heterossexualidade – e, nomeadamente, a genitalidade heterossexual. A sociedade age repressivamente em relação às crianças, através da educastração, para obrigá-las a remover as tendências sexuais congénitas que julga «perversas» (Mieli, 1977:7. Tradução nossa).

O conceito de “educastração”, cunhado por Mieli, apresenta-se, assim compreendemos, como sendo pertinente na descrição do caminho de vida do protagonista, não somente para definir o obscurantismo ligado ao sexo, mas também para considerar as outras imposições identitárias que moldaram e minaram a autodeterminação do seu devir.

Efetivamente, a sexualidade foi mais um atribulado aspeto da existência do protagonista. Na meninez a sexualidade era vista como um pecado gravíssimo. O tabu do narrador pelo sexo manifesta-se, primeiramente, no compungimento devido à descoberta do onanismo. A primeira ejaculação é descrita na narrativa como uma mistura entre satisfação e culpa que se vertia em dor. Fernando relembra da insistência do sacerdote, durante a confissão, em saber se tinha cometido atos impuros, conhecidos na linguagem popular como “safadeza”.

Mesmo assim, explica Fernando: “Mais tarde, quando descobri a minha atração por homens, a coisa foi pior. Olhar para um homem com desejo, com vontade de tocá-lo, era um pecado gravíssimo e sem perdão” (Figueiredo, Arruda, 2008:54).

Paralelamente, na família já tinham surgido patrulhas de policiamento da ordem heteronormativa. Como referido, no Nordeste “existe uma preocupação muito grande de fazer o garoto virar homem. As cobranças começam prematuramente” (Figueiredo, Arruda, 2008:70). Com 10 anos o protagonista começa a sentir a ingerência das pressões familiares: “Lembro do horror que senti quando, ainda moleque, um dos meus tios começou a insistir na idéia de que era preciso me levar a um prostíbulo” (Figueiredo, Arruda, 2008:70), salientando: “Hoje as pessoas ficam espantadas [...] Mas no meio em que eu vivia isso era comum. Meninos mais ou menos da minha

idade já se gabavam de ter sido iniciados sexualmente” (Figueiredo, Arruda, 2008:71). Apesar dessa tentativa do tio ter fracassado, com 15 anos Fernando perdeu a virgindade, assediado por uma amiga da mãe com mais do dobro da sua idade. Naquela ocasião o protagonista ficou com essa mulher para não descumprir as expectativas de virilidade constantemente cobradas, mas essa experiência o traumatizou até encontrar Laci no Exército, homem com o qual conseguirá estabelecer uma relação afetiva estável fora do quartel.

Não foi fácil enfrentar o sentimento de culpa inculcado na sua formação, mas Fernando o venceu graças ao amor por Laci, soldado com uma experiência de vida bastante diferente. A sua adolescência, no Rio Grande do Norte, não foi atravessada pelo mesmo sentimento de culpa, apesar do seu irmão Eder Jofre Marinho receber uma vocação religiosa, tornando-se padre e fazendo Doutorado sobre a pedagogia de Paulo Freire no Vaticano (Figueiredo, Arruda, 2008:114). Após o traumático homicídio do pai, Laci cresceu com os avós, sustentando-se com pequenos trabalhos e herdando do avô, poeta folclórico nordestino, uma veia artística e a paixão pela música. Desde a infância, Laci cultivou uma amizade com um vizinho gay assumido, não prestando atenção à boçalidade de alguns coetâneos que o apelidavam de “veado”. A sua primeira experiência foi com uma mulher, enquanto era secretamente atraído pelo seu professor de Capoeira. Sem assumir nenhum relacionamento, teve uma vida sexual serena: “– Podia ser homem, mulher, era a mesma coisa, não tinha maldade, não tinha culpa nem vergonha” (Figueiredo, Arruda, 2008:119). A sua primeira vez com um homem foi no banheiro da escola, convidado por um colega: “Laci soube anos depois que esse colega se casou, teve filhos e virou pastor” (Figueiredo, Arruda, 2008:119-120).

No ambiente militar, os dois encontraram soldados gays enrustidos. Quando prestou serviço na Polícia Militar de Natal, Laci conheceu colegas que se prostituíam com homens “Alguns aceitavam tranqüilamente, sem nenhuma preocupação com relação a comentários sobre sua possível homossexualidade, porque diziam sempre que desempenhavam o papel de ativos. Na cultura local, veado é o passivo, nunca o ativo” (Figueiredo, Arruda, 2008:121). Da mesma forma, antes de se assumir Fernando relembra de iniciativas homossexuais por parte de colegas:

Esse cabo se aproximou, fez amizade e se mostrou muito prestativo. Casado, pai de uma criança, era um homem atraente, másculo, de coxas longas, bem torneadas [...]. Quando comprei meu primeiro carro [...] pedi a ele que me desse aulas de direção. [...] Fomos nos aproximando. Um dia, sem que eu esperasse, ele disse que tinha acabado de se separar da mulher e que estava livre: – Estou livre para qualquer experiência. Foram exatamente essas as palavras dele. – Que bom – respondi, sem saber ao certo se era uma cantada ou não. Hoje eu saberia. (Figueiredo, Arruda, 2008:127-128).

Também Laci relatou que um soldado preocupado em enfatizar a sua virilidade, acostumado a se gabar de ser mulherengo, um dia se aproximou dele em uma perspectiva lisonjeadora. Além disso, durante o infernal treinamento em Juiz de Fora, Fernando entrou em grande empatia com um colega até apaixonar-se. Tornando-se quase irmãos, os dois aproveitavam qualquer momento para

ficar juntos até que, como lembra Fernando, “Esse amor cresceu a ponto de me fazer ultrapassar os limites do meu preconceito, da minha formação religiosa, e chegar à conclusão de que precisava confessar a ele. Ia pagar o preço, mesmo que o preço fosse perdê-lo” (Figueiredo, Arruda, 2008:88). Quando os familiares visitaram o quartel para assistir à formatura dos soldados, Fernando o encontrou sozinho na área da lavanderia, confessando-lhe os seus sentimentos. O militar revelou que já tinha percebido a sua atração, que lhe teria sido comunicada por intercessão divina. Mesmo declarando o seu grande apreço pela sua companhia, o militar confessou-lhe a impossibilidade dessa relação porque, na sua conceção cultural, era imprescindível procriar. Assim o soldado casou-se e teve filhos, mantendo contacto com Fernando, sem nunca mais abordar o assunto.

Ao longo da própria atividade nas Forças Armadas, o casal não manifestou publicamente a própria orientação sexual, mesmo sem escondê-la. Os colegas apreciavam as virtudes canoras de Laci que se exibia num show intitulado *Eu queria ser Cássia Eller*, que chegou a obter um considerável sucesso. Quando Laci adoeceu, passou a se dedicar mais intensamente a esse espetáculo em que reinterpretava a voz da famosa cantora. A peça chegou aos ouvidos de um tenente que elogiou, além do desempenho do soldado no serviço, as suas virtudes musicais (Figueiredo, Arruda, 2008:150). Constata-se que, nesse caso, a exibição de Laci, inconformada com os dispositivos da masculinidade normativa, foi considerada aceitável no ambiente militar.

Mesmo assim, desde julho de 2006, os militares passaram a ser atacados de forma homofóbica. Após uma festa organizada pelo Hospital Militar no qual Fernando trabalhava, começaram as represálias. O comportamento do casal na cerimónia foi julgado impertinente. Dantes desanimados, conforme narrado, os soldados dançaram até o desfecho da festa:

Não havia nenhum exagero, posso assegurar. Só não éramos iguais aos outros convidados. Usávamos camisa meia manga, semi-social, fechada, transparente, com um cordãozinho de prata no pescoço. Não seria nada de mais numa festa comum. Mas ali, com todo mundo vestido do mesmo jeito, com roupinhas de loja de departamentos, ficamos parecendo dois galãs, dois metidos, ou, o que é mais provável, na cabeça deles, dois veados (Figueiredo, Arruda, 2008:151).

Destarte, no dia seguinte um superior recriminou Fernando pelas roupas vestidas na festa além de inculpá-lo de não ter cumprimentado um tenente, presente no convívio. Assim, o soldado começou a ser vítima de uma situação de assédio laboral motivada, na verdade, pela suspeita de ter denunciado uma fraude no Hospital Militar onde prestava serviço. A denúncia de corrupção foi realizada após o ex-sargento ter pedido afastamento da estrutura. Como referido no depoimento, não foi ele o primeiro a denunciar formalmente as irregularidades na compra de materiais. Contudo, após ter recebido retaliações de teor homofóbico, o soldado decidiu denunciar o ocorrido, legalmente, do ponto de vista formal, e mediaticamente, provocando um enfrentamento direto com a instituição (Figueiredo, Arruda, 2008:153-154).

Assim, quem foi objeto de sanções penais foi Fernando “[o] processo e o julgamento foram mais do que sumários. Como sempre. Solicitaram minha defesa, e três dias depois eu estava condenado a oito dias de cadeia” (Figueiredo, Arruda, 2008:166). Entretanto, como referido, Laci já tinha sido preso:

Deixei a prisão pensando em dar baixa. O Laci estava trancafiado e condenado a sessenta dias de prisão. O Exército mostrava abertamente sua disposição de complicar a vida dele ao máximo, se possível levando-o à loucura. E eu não tinha condições de me dedicar à sua defesa enquanto continuasse sob o tacão dos mesmos militares que o puniam. Estava sujeito, a qualquer momento, a ser acusado e detido. Por qualquer motivo. Até por uma declaração à imprensa. Não podia deixar o Laci naquela situação. Eles o prenderam por ser o elo mais fraco da dupla, devido à enfermidade. Na verdade, a ira dos militares surgiu por minha causa, por acharem que eu era o autor das denúncias anônimas sobre corrupção. Ela só aumentou quando assumimos a relação homossexual, quando aparecemos na capa da revista, quando continuamos insistindo que existiam irregularidades nas compras e quando começamos a lutar pelo direito de Laci a ausentar-se do trabalho por causa de sua doença. O que fizeram? Dispararam contra o ponto mais fraco da frente inimiga. O Laci já vinha respondendo a processos disciplinares, por causa das perseguições do tenente que não gostava dele. É uma tática conhecida no meio: o militar que promove denúncias contra seus chefes deve ser desqualificado e execrado como indisciplinado. Iriam tentar desacreditar o Laci. (Figueiredo, Arruda, 2008:167).

Essas retaliações, como demonstrado pelas provas apresentadas no processo, foram acompanhadas por atitudes homofóbicas. Um General de Brasília, em uma conversa telefônica gravada, comprova essa conduta, além do saudosismo em relação às práticas arbitrárias vigentes durante a ditadura militar, ordenando que os soldados fossem presos rapidamente. Na fita ouvem-se frases como: “Peraí, um veado, o outro que come veado. Moram juntos. Eu tenho que comprovar isso [...]” (Figueiredo, Arruda, 2008:156). Posteriormente, lamentando a falta de meios legais para prender cidadãos inocentes, o General declara: “No velho Exército que você começou a tua vida a gente dava uma porrada e pegava à força. Agora não, tem ação de domicílio [...] Aqui em Brasília, aqui em Brasília, é foda [...] Que saudade dos velhos tempos, você metia o pé na porta [...]” (Figueiredo, Arruda, 2008:156). Nessas circunstâncias, os soldados procuraram e receberam apoio de instituições públicas, midiáticas e políticas, que contribuíram a resolver essa questão. Mesmo assim, quando Laci foi detido, ao longo de uma entrevista televisiva ao vivo, os soldados começaram a temer violações dos direitos humanos:

Ninguém disse para onde iríamos. A desinformação era angustiante. Lembrei de mais histórias que eu ouvira, essas datadas dos anos 1970, os anos mais duros da ditadura militar, quando inimigos políticos do regime eram embarcados em helicópteros militares para serem jogados no mar. É claro que a situação política do Brasil agora era muito diferente e não seria fácil cometer atos como aqueles. Mas desde a invasão dos estúdios da emissora eu passara a desconfiar que a instituição estava ignorando a opinião pública. Cheguei a pensar que não sairíamos vivos (Figueiredo, Arruda, 2008:33).

Como veremos em outra parte deste artigo, figuras públicas de peso do próprio governo da época e movimentos sociais prestaram apoio aos detidos, para que não fossem violados seus direitos, contudo o relato dos soldados apresenta cenas hediondas:

– Eles me bateram! Vão acabar comigo, Alcântara! – Foram as primeiras coisas que ele disse, chorando. Contou que fora espancado no percurso entre o Hospital Geral e a carceragem, enquanto estivera sob a guarda de oficiais e praças do Pelotão de Investigação Criminal da PE. Puseram um saco de plástico na cabeça dele e esmurram a base do estômago. Também tiraram seus sapatos e bateram na sola dos pés com um pedaço de madeira. Ele estava sonolento, sob efeito de medicação, e não gritou, mas se debateu muito. O chefe do grupo repetia em seu ouvido para ele respeitar seus superiores, para nunca dizer publicamente os nomes do pessoal do comando. Faziam isso porque, ao chegar ao hospital, o Laci gritou, chamou seus superiores de covardes e corruptos, citou nomes (Figueiredo, Arruda, 2008:46-47).

A truculência desse relato, que relembra as páginas mais sombrias da história do Brasil, merecia uma denúncia pública e formal ampla e contundente. Logo a seguir Fernando decidiu proferir um discurso, durante um evento público organizado pelo movimento LGBTQI+. Como narrado pelo ex-sargento: “Quando lembrei as cenas da tarde, do Laci gritando que havia apanhado, não me controlei e chorei. Chorei de novo. Quem inventou que homem não chora? Que soldado não pode chorar?” (Figueiredo, Arruda, 2008:48). A sede de justiça do soldado confiava em uma resolução pacífica desse episódio, no qual, mesmo num período democrático, os espectros da barbárie e das atrocidades do passado reemergiram perniciosamente.

Os dias na prisão foram para Laci uma ocasião de reflexão acerca dessas traumáticas vicissitudes “Ele escrevia, escrevia compulsivamente. Acho que foi a melhor forma que encontrou para não enlouquecer. Fazia relatos detalhados dos maus-tratos, ironizava a tirania, regurgitava no papel as humilhações” (Figueiredo, Arruda, 2008:174). No presídio a sexualidade de Laci estava constantemente vigiada, como se os carcereiros tivessem o propósito de acusá-lo de assédio. Em resposta a essa constrangedora vigilância, o militar retrucava ironicamente dedicando versos aos carcereiros e aos outros detentos. A sua escrita incomodava a instituição, tanto que lhe foram subtraídas as canetas. Mesmo assim, graças à intervenção do Senador Suplicy, ordenou-se que não lhe fosse impedido escrever, desde que não se relatasse o que acontecia no presídio, nem se mencionassem pessoas envolvidas com a instituição (Figueiredo, Arruda, 2008:178). Sem nenhum propósito estético explícito, alguns desses poemas foram transcritos no livro com o objetivo de mostrar a situação emotiva de Laci ao longo desse período.

Os tópicos que destacam no depoimento são as experiências vividas por esses soldados, a atitude arbitrária com a qual foram tratados pela instituição e a forma como a qual eles foram processados pelos Tribunais Militares. Observando tais circunstâncias, após ter delineado o conteúdo do depoimento, o que indagaremos mais adiante será a resposta institucional e política do governo e dos movimentos sociais para que essa situação se desatasse pacificamente. Nessa perspectiva, o nosso discurso pretende, como objetivo principal, compreender como esse depoimento influenciou dinâmicas sociais, evidentes na atualidade. Portanto, à luz dos estudos selecionados e citados – aplicados enquanto ferramenta hermenêutica sobre o texto e a realidade representada–,

pretendemos demonstrar que esse depoimento, atualmente pouco explorado em termos acadêmicos, pode ser estudado enquanto ferramenta crítica sobre injustiças que se apresentam no contexto castrense e que afetam, globalmente, a sociedade.

Efetivamente, com a saída do casal do ambiente militar, os ex-soldados fundaram uma associação em defesa dos Direitos Humanos. Dando seguimento ao seu ativismo social, Fernando candidatou-se repetidamente em eleições – apoiando plataformas políticas progressistas –, sem nunca conseguir se eleger até hoje.

Complementarmente, o que ressalta foi a atitude do Exército que, naquela situação, pretendia atuar como um microcosmo paralelo. Efetivamente, segundo Fernando, muitos estariam sujeitos a um processo de subordinação e chantagem: “No Exército muitas pessoas confundem respeito à hierarquia com vassalagem e escravidão; acham que respeito se conquista pelo medo, nunca pelo exemplo, pela lisura, pela firmeza” (Figueiredo, Arruda, 2008:137). Assim, muitos soldados sujeitam-se, temendo o afastamento da carreira, “o que parece o fim da vida para homens que se acostumaram a viver naquele mundinho à parte, com a realidade distorcida por um código que já caducou” (Figueiredo, Arruda, 2008:137). Esse assunto foi apresentado também, com preocupação, por Roldão Arruda, no posfácio do livro:

Outra questão importante levantada por Fernando é o fato de militares ainda verem as Forças Armadas como um Estado à parte, dentro do Estado brasileiro. Laci só conseguiu sair da prisão, onde passou 58 dias, após o Supremo Tribunal Federal lembrar à Justiça Militar que as leis do Exército não se sobrepõem às leis do país. Foi esse o argumento que justificou o habeas corpus. / Imagino se não seria essa noção de Estado dentro do Estado que está por trás da decisão das Forças Armadas de continuar sonhando informações às famílias de mortos e desaparecidos políticos nos anos da ditadura militar, ignorando o clamor nacional para que isso ocorra. (Figueiredo, Arruda, 2008:197-198).

Logo, como sintetizado nesse trecho, observa-se que a situação narrada nesse livro se considera relevante não apenas nas suas implicações pessoais e políticas imediatas e contingenciais. Os eventos referidos no depoimento, para além de circunstâncias de homofobia e de assédio, ilustram dinâmicas arbitrárias – que negam direitos humanos – que se verificam num sistema social que necessita responder por situações irresolvidas. Feridas abertas, que ainda sangram e não podem ser escondidas e que precisam ser curadas através de um livre, franco e amplo debate, no qual a sociedade brasileira deve procurar caminhos de mudança e reparação histórica, essenciais à consolidação da democracia.

Mediatização e embate político: entre disputas e avanços

A detenção dos soldados aconteceu em um estúdio da Rede Tv, em Alphaville, bairro fechado da Grande São Paulo, durante um programa para o qual tinham sido convidados pela apresentadora Luciana Gimenez. Segundo aludido no depoimento, as perguntas degringolaram

rapidamente em uma perspectiva preconceituosa enquanto o programa revelou-se uma armadilha, “um circo armado em nome da audiência” (Figueiredo, Arruda, 2008:23), com o objetivo de prender os soldados ao vivo. Graças ao auxílio de um telespetador, mobilizou-se o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana do Estado de São Paulo. Este, observando a documentação apresentada pelo casal em busca de desmentir a condenação por deserção, decidiu apoiar o pedido dos protagonistas, através de assessores que, em vista do estado psicológico de Laci, determinaram sua internação na ala psiquiátrica de um Hospital Militar, antes de sua condução à carceragem. No entanto, Laci foi torturado no caminho entre o hospital e a cadeia.

Entretanto, figuras políticas de destaque como o Senador Eduardo Suplicy e a Senadora Fátima Cleide, do Partido dos Trabalhadores, no governo naquela altura, atuaram como mediadores e se impuseram para que os Direitos Humanos fossem respeitados. A Senadora apressou-se para visitar o soldado na prisão, atuando com grande valentia na mediação para conseguir entrar e avisando o Exército que o prendia: “A custódia é de vocês, mas a integridade física dele é de responsabilidade do Senado Federal” (Figueiredo, Arruda, 2008:46). Efetivamente, como visto, Laci tinha sido vítima de brutalidades e torturas e a intervenção do Senador Suplicy foi determinante para que Fernando pudesse visitar o seu companheiro na cadeia. Naqueles dias Fernando participou em iniciativas do movimento LGBTQ+ e midiáticas, como no programa televisivo *Fantástico*, para sensibilizar a sociedade civil na resolução dessa questão. Na sua segunda intervenção pública, nas reuniões do movimento, Fernando conta que:

O auditório estava apinhado. Comecei a falar. Era um dia histórico na minha vida. Minutos antes eu havia aparecido em cadeia nacional, num dos programas de maior audiência do país, dizendo que amava um homem e que sofria por ele estar preso. Agora discursava para uma platéia de pessoas que também conheciam o preconceito e viam nos meus atos um grito de justiça. / Nunca, em toda a minha vida, imaginei que um dia teria coragem para isso. (Figueiredo, Arruda, 2008:48-49).

Nesse sentido, cabe assinalar que, nessa altura, Fernando não estava assumido perante a sua família, extremamente religiosa e tradicionalista. A intervenção de Fernando em dois eventos do movimento LGBTQ+, incluindo a primeira Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais em Brasília, à qual foi convidado pelo Senador Suplicy, conseguiu envolver e mobilizar vastos setores da sociedade, inclusive o próprio movimento, sobre essa situação (Figueiredo, Arruda, 2008:42). Efetivamente, como observado até agora, as vicissitudes narradas no depoimento incluem diferentes injustiças e descumprimentos dos Direitos Humanos, desde o abuso de poder e a tortura até a homofobia. Nesse sentido, o protagonista Fernando atuou enquanto sujeito histórico descrevendo os problemas constatados, propondo soluções de melhoria e negociando os seus argumentos e instâncias com os movimentos e as instituições políticas. Consequentemente, nessa passagem empregamos ferramentas teóricas interdisciplinares para interpretar as dinâmicas

descritas no depoimento, ressaltando também as relações entre os fatos relatados no texto e as circunstâncias históricas.

Certamente o interesse de alguns membros da hierarquia castrense teria sido restringir esse assunto ao âmbito interno, exclusivamente militar, para que o caso se abafasse em nome da obrigatória deferência dos soldados aos seus superiores. Porém, a solidez democrática que o Brasil experienciava durante o segundo mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez com que o casal de soldados, também cidadãos brasileiros, encontrasse no mundo político, social e institucional o merecido respaldo na reivindicação dos próprios direitos.

Uma parcela dos militares atua como se essa instituição fosse um mundo paralelo desvinculado e independente do estado e do resto da sociedade, contudo Maria Celina D’Araujo (2003:71) defende que as instituições militares não são “isoladas” do conjunto social, mas sim dependentes do Estado, devendo, portanto, respeitar o “projeto que cada sociedade estabelece para si em termos de defesa e de construção de direitos de cidadania e de soberania”. Assim, cabe ao Estado não somente fiscalizar que essas instituições cumpram as Leis e os regulamentos vigentes, mas, para, além disso, exigir que respeitem e defendam os valores democráticos e promovam a integridade, o respeito e os direitos de todos os cidadãos.

Apesar disso, o cenário atual apresenta numerosas contradições. Relativamente à presença de homossexuais nas Forças Armadas Brasileiras, a legislação nunca proibiu que se alistassem cidadãos com discriminantes baseadas na orientação sexual. Entretanto, segundo D’Araujo (2003:72), alguns chefes militares consideram a presença de gays como um entrave ao “funcionamento técnico” da instituição. Tal preconceito está ligado à homofobia, ainda muito presente em diferentes setores sociais, salientando que, a despeito da moderna incorporação de mulheres no Exército, D’Araujo (2003:80) sublinha que a integração de gays “ainda é uma problemática bem mais delicada e mais difícil de ser assimilada na caserna. Em relação a isso o argumento não se relaciona a características físicas de força e capacidade, mas unicamente a comportamento e a valores”. Dessarte, existe um mito segundo o qual os militares deveriam encarnar determinadas qualidades culturalmente associadas com o conceito de virilidade.

Recentemente, um requisito denominado “masculinidade” chegou a ser apreciado como elemento de avaliação em um concurso da Polícia Militar do Paraná de 2018. Nesse mesmo ano, como reportado por Aline Pavaneli e Helena Barreto (2018), a masculinidade foi vista como um perfil psicológico e calculada segundo a: “capacidade de o indivíduo em não se impressionar com cenas violentas, suportar vulgaridades, não emocionar-se facilmente, tampouco demonstrar interesse em histórias românticas e de amor”. Nessa disposição notamos como os sentimentos são preconceituosamente associados à feminilidade e vistos como sinônimo de fraqueza. Assim, como corroborado por Oscar Guasch (2006:17), a demonstração de insensibilidade, denominada

“analfabetismo emocional”, seria incentivada como uma virtude viril. Segundo o mesmo paradigma cultural, o choro é visto como sintoma de falta de coragem e de virilidade e deve ser evitado entre homens, ao menos que seja usado em determinadas circunstâncias como performance (Guasch, 2006:28).

No depoimento desafia-se esse paradigma desde o título, enfatizando as qualidades humanas dos soldados, as próprias dificuldades, os traumas e os momentos de coragem, demonstrando a insensatez e a mendacidade desta visão dogmática da realidade. Durante os treinamentos, muitos soldados são constrangidos segundo esquemas misóginos análogos àqueles dos *marines* dos EUA, instituição na qual, como destacado por Elisabeth Badinter:

Os recrutas são submetidos a um regime que muita gente, ainda hoje, considera desumano: disciplina de ferro, conformismo extremo, treinamento físico estafante, zombarias e humilhações dirigidas aos novos recrutas, que mal conseguem dormir e comer. Tratados como “estúpidos” e “maricas”, eles são obrigados a sofrer inúmeros trotes sem reclamar. Estas são as condições para o nascimento de um novo homem, um homem de verdade, livre de toda contaminação feminina. Homofobia e misoginia fazem parte da filosofia dos *marines* norte-americanos, que dizem sem pestanejar: “Quando você quiser criar um grupo de matadores, mate a mulher que há neles” (Badinter, 1993:78).

Esta “carreira moral”, baseada em aviltamentos, teria o propósito de incentivar mecanismos associados com o conceito de honra. Logo, como teorizado por Pierre Bourdieu (1999:44), em nome da honra incitam-se os recrutas a desconsiderar o perigo, exigindo a reprodução de um modelo de virilidade mitificada, intimamente ligada a construções sociais e históricas e eminentemente relacionais enquanto examinada, em primeira instância, pelos superiores e pelos outros membros do grupo. Bourdieu (1999:44) salienta que “Numerosos ritos de instituição, nomeadamente escolares e militares, comportam verdadeiras provas de virilidade orientadas para o reforço das solidariedades viris”. Impulsionar essa cumplicidade, que se estrutura como ‘camaradagem’ masculina, significa amiúde impor aos recrutas provas de coragem, perigosas para os próprios membros da instituição, realizadas em nome do “medo de perder a estima ou a admiração do grupo, de ‘baixar a cabeça’ diante dos ‘colegas’ e de cair na categoria tipicamente feminina dos ‘fracos’, dos ‘medricas’, dos ‘maricas’, dos ‘paneleiros’, etc” (Bourdieu, 1999:44-45). Como exposto por Cavilha (2002:55), mesmo que sejam apresentados ludicamente, esses exercícios, vistos como regras não escritas da vida militar, adquirem um valor iniciático de “ritual de purificação”, apresentados como uma forma de preparar os recrutas, selecionando apenas indivíduos que demonstram as qualidades viris e intrépidas exigidas.

Tais atos, que anelariam enaltecer a valentia viril seriam, segundo Bourdieu (1999:45), a demonstração de uma “forma de cobardia” que incentivaria os homens a aceitar os vexames e episódios de violência em nome da incorporação em uma idealização de masculinidade dos “duros”, vista como antitética à uma feminilidade que, por outro lado, convive em cada ser humano.

Em suma, segundo Bourdieu (1999:19), o medo de uma possível feminização dos homens, que se verificaria através de escárnios misóginos e homofóbicos, relacionar-se-ia com o pavor dos soldados de serem identificados com uma categoria feminina, associada, em uma perspectiva machista e patriarcal, à debilidade. Nessa estrutura que, conforme Goffmann (1974:11), consideramos “instituição total”, ou “como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”, estas práticas homofóbicas, como salienta D’Araujo (2003), são acentuadas em vista da homosocialidade da organização, na qual as pessoas são separadas com base no sexo.

Portanto, se a masculinidade já foi vista nas suas implicações relacionais, nesse contexto demonstramos também, como teorizado por Guasch (2006:34), a sua conformação de tipo “situacional”, sendo, em determinadas circunstâncias, como a castrense, exacerbada. Como salientado por Helena Carreiras (2004:63), na atualidade a “gestão da diversidade” apresenta-se como um desafio central para as organizações que, tradicionalmente, visam uniformizar os seus membros. Hoje categorias consideradas antitéticas como homens e mulheres, homossexuais e heterossexuais convivem nessas instituições, contribuindo para uma renovação nas Forças Armadas e recebendo maior aceitação em uma perspectiva prática, na visão da carreira militar como profissão, do que em uma perspectiva abstrata, alicerçada nos preceitos tradicionais de “honra”, culturalmente associados à masculinidade (Carreiras, 2004:64-65).

Nos EUA, do debate relacionado a essa questão, assurge alguma reticência, sobretudo pela associação cultural entre Exército e masculinidade hegemónica, assim como analisado por Carol Cohn, conforme traduzido e citado por Carreiras (2004:70): “o que é inaceitável, não é a presença de homossexuais nas Forças Armadas, mas o facto de existirem pessoas que abertamente expõem essa homossexualidade, ou seja, que põem em causa a imagem das Forças Armadas como uma instituição estritamente heterossexual”.

Por outro lado, o governo da Argentina determinou em 2011, como explica Alexandre Sebastião Ferrari Soares (2014:129), “que as forças policiais deverão respeitar a identidade de gênero adotada por travestis e transexuais, que poderão usar o uniforme de acordo com sua percepção de gênero”. Tal medida parece-nos pioneira em um continente no qual as Forças Armadas são amiúde associadas a modelos normativos de masculinidade.

Ao mesmo tempo, no Brasil consideramos notáveis algumas evoluções. O Código Penal Militar decretado em 1969 compreendia o artigo 235 que, mencionando no seu título a palavra “pederastia”, prescrevia até um ano de prisão para quem “Praticar, ou permitir o militar que com êle se pratique ato libidinoso, homossexual ou não, em lugar sujeito a administração militar” (Planalto, 1969). Alguns anos após a publicação do depoimento que estamos a apresentar, lançado em 2008,

abriu-se um debate, dentro do Supremo Tribunal Federal, sobre o caráter homofóbico dessa legislação. Como descrito por Paulo Roberto Iotti Vecchiatti, (2018:460), em 2015 o Ministro do Supremo Roberto Barroso considerou o caráter discriminatório dessa Lei, julgando-a inconstitucional, observando a excessiva rigidez da configuração penal dessa norma e, por isso, entendendo que seria suficiente enfrentar essa questão através de sanções administrativas. Concordando com o Ministro, consideramos que, apesar da óbvia inoportunidade de iniciativas lascivas em um lugar de trabalho, reputamos exageradamente que tais ações possam levar à cadeia. Contudo, após um intenso debate, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a linguagem preconceituosa da Lei, retirando a alusão à homossexualidade e à pederastia, mas mantendo a norma e o seu caráter penal. Assim, Vecchiatti (2018:461) admite a importância simbólica dessa decisão, salientando simultaneamente que essa circunstância ainda conferiria aos Tribunais Militares a discricionariedade de sancionar mais severamente práticas homossexuais.

Portanto, constatamos que, apesar da merecida revisão linguística, na prática, nada muda. Nesse sentido, observamos que, apesar de ser útil em determinadas situações de assédio, a norma continua sendo, assim compreendemos, exagerada, prescrevendo uma detenção mínima de seis meses em casos que, muitas vezes, não constituem problema algum e que, na verdade, são corriqueiros no ambiente castrense. Todavia, considerando que o alistamento não implica nenhum tipo de sacerdócio ou voto de abstinência em nome das armas, obviamente, fora do lugar de trabalho os militares podem conduzir a vida sexual e afetiva que lhes apeterer.

Entretanto, já em 2012, uma nota oficial do Exército Brasileiro, divulgada por Tahiane Stochero (2012), condenou qualquer tipo de discriminação religiosa, étnica ou ligada à orientação sexual, reiterando, simultaneamente, os tradicionais paradigmas hierárquicos e disciplinares que, segundo a instituição, defenderiam o respeito entre soldados. Tais sensatas afirmações são um sinal de uma mudança que, de forma não linear, está chegando a se implementar na sociedade. O sistema patriarcal, ainda hegemônico, está paulatinamente perdendo a sua força, colapsando com uma realidade em constante evolução.

O Exército esteve historicamente ligado a uma estrutura patriarcal que, atualmente, está sendo questionada. Assim, também dentro das Forças Armadas estão acontecendo alterações e incorporações de grupos humanos, dantes excluídos, os quais poderão, no futuro, reorientar a configuração de uma organização que terá de representar diferentes perfis humanos. Efetivamente, já Louis Althusser (1980) teorizava que, as Forças Armadas, sendo diretamente dependentes do Estado, devem defender os seus interesses e valores, os quais mudam ao longo do tempo. Mesmo assim, nem sempre essas instituições logram aceitar e interpretar devidamente as mudanças sociais de forma homogênea. Por exemplo, o General de Brasília citado no processo, além de expor a sua

perspetiva homofóbica, mostra o seu hediondo saudosismo por uma ditadura militar que foi responsável por inúmeras violações dos Direitos Humanos.

Essa realidade não pode ser negada na nossa contemporaneidade que se apresenta como uma época de profundos embates entre diferentes perspetivas em conflito aberto. Progresso científico e fanatismo, arrogância e maior acesso à cultura, conscientização em relação à importância dos Direitos Humanos e arbitrariedade da violência são elementos antonímicos que coexistem em um cenário social latino-americano repleto de contradições.

A evolução da postura subjacente à observação da homossexualidade interpreta-se como um aspeto desse fenómeno social. Apesar de conquistas, lutas e negociações políticas, que impulsionaram iniciativas legais contra a discriminação das dissidências ao sistema cisgénero e heteronormativo, na sociedade brasileira observam-se também operações de obstrucionismo perante diligências que proporcionariam uma ampliação dos direitos cívicos. Neste panorama social tão heterogéneo tais disputas são evidentes e, por um lado, naturais. De fato, observamos que o conceito basilar de igualdade substancial dos cidadãos manifesta-se amiúde, na prática, como uma abstração. As discrepâncias na integração da cidadania a serviços e demandas básicas comprovam que a aplicação das Leis e o acesso aos direitos cívicos se configuram de forma não homogénea e inconstante, sendo que as pessoas vivem em contextos profundamente desiguais.

Relativamente ao acesso aos direitos das pessoas LGBTQI+ esse fenómeno constata-se contundentemente. Na nossa perspetiva, tais contradições emergem na análise apresentada por Renan Quinalha (2019:4), constatando que, apesar de São Paulo ser o palco das maiores paradas do orgulho LGBTQI+ do planeta, no Brasil os índices de assassinatos em razão do ódio contra estas mesmas pessoas apresentam dados desconcertantes e gravíssimos.

Assim, não obstante a maior visibilidade e reconhecimento político, a quotidianidade das pessoas LGBTQI+ ainda diverge consideravelmente, dependendo de múltiplos fatores. Na interpretação das razões dessa discrepância, podemos ponderar a influência de aspetos religiosos, económicos, culturais e éticos, dentre os quais também cabe a imposição de rígidos modelos normativos de masculinidade. Como frisado por Richard Miskolci (2011:50), se nos anos 70 “sair do armário” representava um ato político indispensável para construir o movimento LGBTQI+, desafiando a repressão na esfera pública e a autorrepressão na esfera privada, nos anos 80 tornou-se fundamental para reivindicar direitos. Entretanto, desde os anos 90:

Sair do armário se revelou não uma escolha, antes um privilégio daqueles/as que têm condições materiais e simbólicas para isso. Também ficou perceptível que assumir uma identidade sexual socialmente rechaçada não traz apenas vantagens, muito menos para pessoas em contextos morais rígidos e violentos (Miskolci, 2011:50).

Apesar das supramencionadas declarações oficiais antidiscriminatórias do Exército Brasileiro de 2012 – que julgamos pedagógicas – e dos estudos citados, os quais vislumbram um

cenário promissor, a vida das pessoas homossexuais que participam dessas organizações é ainda complicada e a dificuldade de sair do armário está condicionada por antigos preconceitos ligados à construção normativa e histórica da masculinidade hegemônica, como apresentado no depoimento. Assim, reitera-se a teoria exposta por Guasch (2006:34), que interpreta a virilidade como dispositivo performativo moldado pelo contexto, seguindo parâmetros relacionais e situacionais. Nessa perspectiva observamos que a estrutura militar ainda coacerva vestígios de uma masculinidade normativa, tradicionalmente mitificada, divergente com a realidade atual e que, portanto, no âmbito castrense a homossexualidade apresenta-se ainda, demasiadas vezes, como um amor que não ousa dizer o seu nome.

No depoimento em análise são ilustrados diversos procedimentos disciplinares e coercivos com os quais os parceiros que saíram do armário foram impelidos a desistir da própria carreira militar. Mesmo que fosse impossível imputar aos soldados as manifestações libidinosas sancionadas legalmente – pois o casal nunca havia realizado tais atos no local de trabalho –, os dois militares foram vítimas de um assédio moral e jurídico que os obrigou a se afastar das próprias funções profissionais. Apesar da atenção mediática e da mediação política exercida, dentre outros por aliados e representantes do segundo Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para tutelar a incolumidade dos militares, o Exército prescindiu desses dois soldados, cuja conduta tinha sido profissionalmente impecável ao longo de muitos anos de serviço.

Esses eventos propiciam uma reflexão acerca do poder de uma discriminação e de uma estigmatização social que, embora formalmente condenada, persiste e condiciona, na prática, decisões institucionais e, conseqüentemente, a vida das pessoas.

Nesse sentido, constatando a expansão das lutas contra a discriminação sexual e de gênero, alguns estudiosos questionam a conveniência de defender a participação em instituições que, em parte, revelam uma série de contradições éticas. Em relação à opressão feminina, Connel e Pearse (2017:160) sublinham o respaldo institucional do patriarcado, que opera de forma simbiótica e sinérgica a muitos aparatos estatais, coadjuvando ou negligenciando as manifestações da sua violência, ao considerar que, na maioria dos casos, os lugares de poder são ainda ocupados por homens. Simultaneamente, Connel e Pearse (2017:161) destacam que, esses mesmo aparatos, corriqueiramente, perpetuam o privilégio masculino e a desigualdade entre gêneros através de processos burocráticos aplicados, por exemplo, na seleção dos dirigentes, alicerçados em critérios que favorecem homens.

Portanto, Connel e Pearse (2017:161) acrescentam que “[u]m importante exemplo são as Forças Armadas, que são basicamente burocracias especializadas em violência. Homens, e não mulheres, controlam os meios de força em cada parte do mundo contemporâneo”.

Essa análise não se desliga das reivindicações dos demais oprimidos pelo sistema patriarcal, como as dissidências ao modelo heteronormativo, considerando que, frequentemente, “a violência pública envolve desafios à masculinidade e a demonstrações de coragem e de domínio masculino” (Connel, Pearse, 2017:161-162). Em uma perspectiva análoga, Fernando Seffner (2011:60) considera que “[c]onquistar direitos pode ser, em parte, ajustar-se à sociedade. Servir ao exército implica reconhecer que achamos legítima a necessidade de exércitos e implicitamente de guerras”. Assim, sublinha-se a ascensão de um protótipo de gay adestrado e socialmente legitimado, construído e moldado à medida de um estado e de um sistema que, desta forma, não precisa de se questionar nem reconfigurar os seus paradigmas.

Do nosso ponto de vista, considerando a pertinência das razões que fundamentam os argumentos expostos nos ensaios supracitados, avaliamos a complexidade do tema. Relativamente à crítica do privilégio masculino e ao uso da violência acreditamos que, em um contexto democrático, a violência não deve ser justificada praticamente em nenhum caso e, quando autorizada, na aplicação das Leis, deve ser desincentivada, vigiada e limitada. Quem decide incorporar instituições que são chamadas a aplicar as Leis e a resolver os conflitos que existem na vida social, deve respeitar meticulosamente o valor de cada ser humano defendendo e representando, também através da própria atuação, princípios cívicos. Essa perspectiva, aprioristicamente utópica, deveria ser cultivada através de uma ‘educação ao respeito’, não apenas formal, ampla, organizada, sistemática e constante, necessária à construção de uma consciência crítica, fundamental à consolidação da democracia e à convivência entre humanos.

Mesmo que a concretização dessas medidas pareça uma quimera, observamos um debate que está atravessando o continente americano: “Antes y ahora, la rama de olivo y el yelmo de hierro compiten por estar en la cabeza de los seres humanos. Convivimos, quienes vemos en el exterminio de la vida en el planeta nuestro mayor problema, con quienes conciben el exterminio como una solución (final) a los problemas” (Bolívar, Zalaquett, Mejías, 2020:7). A situação social brasileira atual revela-se um espelho desse enfrentamento ideológico. Recentemente, o tema da violência foi banalizado pela gestão descabida de um governo que, como descrito na citação anterior, concebeu o extermínio como uma solução (final) dos problemas, substituindo a agressão ao diálogo, tentando aniquilar o debate necessário para a resolução dos conflitos.

No enfrentamento desse desafio, precisamos de uma negociação cultural porque, como sublinhado por Miskolci (2011:45), considerando o legado teórico de Antonio Gramsci, “a mudança política só pode ocorrer por meio da transformação cultural de forma que uma divisão entre prática e crítica não seria apenas indesejável, mas impossível”. Nessa perspectiva, o depoimento aponta para possibilidades de romper o silêncio.

Apesar das adversidades que enfrentaram após sair do armário, os soldados conseguiram tecer alianças com a política, a sociedade civil e com os aparatos mediáticos não somente com o intuito de resolver esse episódio com menos feridas possíveis, mas, também, com o objetivo de tentar mudar o cenário avassalador narrado no depoimento, vivido por muitos militares. A dor desses soldados foi obviamente desmedida. Contudo, no texto observamos uma esperança de resgate, uma sede de justiça que, malgrado todas as truculências narradas, resiste e reclama por mudanças políticas e sociais urgentes, passando o testemunho para o leitor. Como sabemos, a conquista de Direitos Humanos nasce de uma negociação social e de lutas constantes. Esses direitos precisam de uma reivindicação persistente porque, quando falta organização das massas, correlação de forças e, sobretudo, consciência crítica, histórica e social, o retrocesso é possível e provável. Assim, esse depoimento representa uma preciosa ferramenta crítica de análise social porque não se limita a lamentar as vítimas do sistema de opressão descrito, mas reivindica a possibilidade de reformular estruturas e normas sociais obsoletas, que geram sofrimento, enfatizando a necessidade de uma convivência, mais democrática, aberta e inclusiva, que passaria por uma superação de determinadas práticas patriarcais.

Ainda que seja inegável a perpetuação de uma estrutura patriarcal, não se pode desconsiderar que, no século XXI, o Brasil avançou no reconhecimento de direitos civis. Como sublinhado por Quinalha (2019:5) atualmente, o casamento homoafetivo e a garantia “de mudança de prenome e sexo inserem o Brasil em uma seleta e pequena lista de países que asseguram, ao menos oficialmente, os principais direitos de orientação sexual e identidade de gênero”. Porém, tais medidas, promulgadas mediante ações do poder judiciário, são precárias porque suscetíveis ao arbítrio de um poder executivo que – como no governo Bolsonaro – podem sabotar melhorias das condições de vida das pessoas LGBTQI+.

Em outra instância, no depoimento observa-se como, para Fernando, o alistamento foi visto como uma possibilidade de estudar e ter uma profissão, orgulhando a sua família, muito tradicionalista. Nesse sentido destaca-se que a educação se mostra como uma forma de moldar a personalidade dos indivíduos respondendo a propósitos sociais específicos. Na ótica de Connel e Pearse (2017:35-36), a educação está condicionada a uma “ordem de gênero”. Frequentemente, os rapazes da classe trabalhadora são encaminhados para atividades que exercem algum tipo de violência como segurança privada, Forças Armadas ou desportos profissionalizados, enquanto as meninas são consideradas predispostas para profissões que implicam cuidados como psicólogas, enfermeiras ou assistentes sociais.

Assim, as escolas reproduzem um controlo social sobre o gênero e a sexualidade, que se perpetua principalmente em determinados contextos profissionais como as Forças Armadas, definidos “regimes de gênero” (Connel, Pearse, 2017:154).

Nas previsões de Fernando, educado nos valores democráticos nos quais se inspirou o Brasil depois da ditadura, o Exército obedeceria aos princípios constitucionais. No entanto, a realidade narrada pelo militar diverge das suas, tão legítimas quanto, idealísticas hipóteses. Apesar de a instituição ser constituída, em grande parte, por jovens crescidos numa sociedade democrática, o espectro do regime passado continua enraizado em certas dinâmicas arbitrárias de corrupção, de intimidação e de violência interna e externa, descritas pelo soldado.

Com espanto emergem o comportamento arbitrário e inconstitucional de alguns superiores, apologistas do antigo regime e a perpetuação de condutas incompatíveis com os direitos humanos, como a tortura. Tanto do ponto de vista físico, como do ponto de vista psicológico, o treinamento apresentava-se como um suplício. Destaca-se que, no desfecho da sua formação como sargento, Fernando teve uma hedionda capacitação de tortura. Como contado pelo soldado:

Passei pelo "poste argentino" - uma tora de madeira disposta na horizontal, na qual ficávamos pendurados, com as pernas entrelaçadas, enquanto uns grandões saltavam sobre nossas coxas. Também passei pelo pau-de-arara, fiquei amarrado com a cabeça para baixo e levei choque elétrico, produzido por um radiotransmissor. Eram procedimentos que não deixavam marcas, ou seja: estávamos aprendendo a obter confissões sob tortura e sem deixar vestígios no corpo do torturado (Figueiredo, Arruda, 2008:84-85).

As marcas dessas sevícias ficaram certamente impressas nas memórias do militar, atribulando as suas preocupações desde que começaram as perseguições. As acossas recebidas pelo casal – também de cunho homofóbico –, subseqüentes a um caso de corrupção que o protagonista denunciou, são algumas das razões que catalisam a revolta do soldado e a vontade de testemunhar. Como anteriormente sublinhado, a valentia e a sede de justiça do ex-soldado tornaram-se ferramentas catárticas para ultrapassar o drama psicológico, apesar do medo que sempre o acompanhou. Desde o título, o livro remete ao tópico do choro do militar, subvertendo preceitos relacionados com a masculinidade normativa que, como enfatizado, entre outros por George Mosse (2000:9; 131), deslegitimaria socialmente a externalização desse sentimento por parte de um homem e principalmente de um soldado.

Porém são patentes os aspetos pelos quais a conduta do ex-sargento Fernando cumpre à risca o modelo militar, circunstância óbvia em vista da sua carreira, da sua alta patente e da formação recebida. Primeiramente constatamos o seu comprometimento com o interesse coletivo, mesmo que em detrimento de interesses individuais, destacado por Mosse (2000:128) como típico da ética militar, qualidade que comprovamos, por exemplo, no serviço prestado no Hospital Militar ou nos relatos de camaradagem entre o soldado e os seus colegas.

Também a valentia e as qualidades físicas, características do militar enfatizadas por Mosse (2000:128), são recorrentemente exaltadas no relato. Cabe considerar que o que incentivava o soldado no seu trabalho no hospital era a sensação de ser útil para a sociedade, sentimento que o

motivava a continuar, apesar das humilhações por parte de superiores (Figueiredo, Arruda, 2008:136-137).

Em contrapartida, um dos elementos mais inaceitáveis, desde o início, para o soldado, foi a imposição de uma disciplina baseada na deferência incondicional aos superiores, situação que provocava episódios de arbitrariedade. Tais circunstâncias fizeram muitas vezes Fernando cogitar uma desistência da vida militar encontrando a perseverança necessária, sobretudo na vontade de orgulhar a sua família, salvaguardando a sua honra, elemento culturalmente associado à masculinidade normativa. Tal resiliência demonstrava, perante os seus pares, a capacidade de cumprir com as expectativas de gênero que lhe eram cobradas conferindo-lhe, além disso, certa estabilidade financeira. Consequentemente, Fernando e Laci conseguiram se destacar na carreira militar, ao longo de muitos anos, sem receber sanções disciplinares.

No entanto, o comprometimento democrático de Fernando e o seu sentido crítico, fez com que não se eximisse de externar, no relato, a sua contrariedade perante as injustiças vigentes em um sistema que, demasiadas vezes, defende modelos patriarcais e retrógrados de sociedade e no qual, além disso, existem episódios de corrupção, abafados em nome da deferência hierárquica.

Assim, o seu entusiasmo e o valor das suas argumentações acabaram por ser contagiantes. No desfecho da narrativa descobre-se que até o seu pai, um nordestino duro e tradicionalista, inicialmente chocado, conseguira aceitar a homossexualidade do filho, conhecida através da imprensa. Depois de um tio comentar que, pela sua coragem, o pai “devia se orgulhar de ter um filho tão... macho” (Figueiredo, Arruda, 2008:192), decidiu ligar para Fernando, após muito tempo, manifestando-lhe a sua estima, admiração e afeto incondicional, apesar de nunca mencionar diretamente a homossexualidade.

Nesse episódio podemos observar que, surpreendentemente, pela força da tradição, a sua valentia é associada, pela família, à virilidade, mesmo nesse caso no qual, o seu propósito, foi a desconstrução de paradigmas obsoletos de masculinidade. Nessa afirmação aparentemente ingénuo, podemos interpretar uma possível reconfiguração da imagem do homem valente no século XXI. Esse valor pode ser encontrado e ressignificado a partir da coragem de quem, despojando-se de privilégios, ficções de virilidade e disposições coercitivas, escolhe a liberdade, lutando também pela liberdade dos outros, desafiando a imposição de normas de gênero e engajando-se na disputa por uma sociedade menos corrupta, mais justa e inclusiva.

Paralelamente, notamos que, no mundo militar, os preconceitos são ainda evidentes. Como afirma D’Araujo (2003:81): “A posição dos chefes militares é, como vimos, bastante reticente quanto à possibilidade de os homossexuais se adaptarem a vida da caserna. A orientação seria para expulsá-los sempre que manifestassem tal comportamento”.

Comparando a incorporação de mulheres e homossexuais no Exército a politóloga observa que elas são vistas como possíveis objetos da atenção dos militares, mas não vice-versa. Portanto, como na tradição, a mulher é idealizada como isenta de pulsões sexuais podendo, no entanto, segundo as entrevistas recolhidas por D’Araujo (2003:77), “ser uma fonte de distúrbios”, atraindo as atenções dos militares.

Simultaneamente, a pesquisa salienta que os homossexuais são vistos como providos de um comportamento eroticamente “intempestivo” que, nessa ótica, poderia atingir os militares, que se sentiriam “vulneráveis” enquanto potenciais objetos do desejo (D’Araujo, 2003:77). No depoimento, Fernando explica esse preconceito, lembrando como foi manifestado publicamente pela apresentadora durante a sua fatal entrevista com o casal:

Na entrevista na TV, a Luciana Gimenez fez uma pergunta sugerindo que um homossexual não poderia cuidar de uma tropa de homens porque estaria sempre enfrentando tentações. Isso é bobagem, preconceito. Se fosse verdade, nenhum hétero poderia seguir carreira de médico ginecologista, não existiriam mulheres militares comandadas por homens, nem treinadores masculinos de times femininos de voleibol, basquetebol, qualquer coisa assim. Os bons profissionais sabem distinguir os limites entre o profissional e o pessoal. O preconceito é maior contra os homossexuais porque se acredita que são todos promíscuos. Isso também não é verdade. No Exército nunca vi homossexuais atacando ninguém. Mas, como já disse, fui assediado por superiores que se proclamavam heterossexuais (Figueiredo, Arruda, 2008:130).

Portanto, enquanto o preconceito atinge os homossexuais assumidos, normalmente os enrustidos integram-se tranquilamente na instituição:

A divisão em castas influi até na questão do tratamento que se dá aos homossexuais. Se descobrem que um pracinha é homossexual, vão expulsá-lo rapidamente. O mesmo acontece com cabos, sargentos e até com aqueles oficiais que não são os de carreira. É claro que existe um ou outro comandante mais tolerante, mas essa não é a regra. Se for um oficial de Agulhas Negras, no entanto, a tolerância fica mais elástica. No caso dos homossexuais que têm vida dupla, ou seja, que constituem família e se relacionam com outros homens, todo mundo faz vista grossa. Nos anos da vida militar em Brasília, sofri de assédio sexual de vários oficiais – que se sentiam em direito de fazer isso com seus subalternos quando descobriam que estes eram gays ou bissexuais. O curioso é que eram todos casados, alguns já com netos; e se proclamavam heterossexuais. Nunca fui assediado por um oficial que fosse homossexual assumido (Figueiredo, Arruda, 2008:92).

Nessa perspectiva, como destacado também no depoimento, a orientação sexual não incide na frequência de situações de assédio. Por outro lado, o falso moralismo e os casamentos de fachada, às vezes, escondem este tipo de comportamento.

Como comprovado por numerosos estudos examinados por D’Araujo (2003:75) a integração de homossexuais assumidos nas Forças Armadas não interfere negativamente em nenhum aspecto da vida castrense, não aumentando situações de assédio sexual e, por outro lado, diminuindo situações no qual mulheres militares são vítimas de assédio.

Além disso, sublinha D’Araujo (2003:72), a incorporação de diferentes categorias sociais nessas instituições desincentiva de forma considerável escárnios de mau gosto, machistas e homofóbicos, contribuindo à criação de um ambiente mais cívico, polido e saudável.

Da mesma forma, a socióloga Helena Carreiras (2004:63), atual Ministra da Defesa Nacional do Governo de Portugal, reconhece que a “gestão da diversidade” se perfila como um desafio central dentro de umas Forças Armadas chamadas a representar uma realidade social em constante evolução. Tais argumentações são corroboradas também pelo jurista Douglas Verbicaro Soares (2021), acrescentando que “as Forças Armadas, assim como a sociedade brasileira precisam concentrar esforços na promoção e desenvolvimento da cidadania participativa de grupos excluídos historicamente, como são, por exemplo, os homossexuais”.

Considerações finais

Notando o peso da discriminação nas vicissitudes e nas arbitrariedades apresentadas no depoimento, afirmar que todos os cidadãos são livres e iguais diante da Lei e que todos possuem, da mesma forma, ferramentas de cidadania plenas seria, na mais generosa das hipóteses, uma ingenuidade. No depoimento constata-se uma concreta dificuldade de o casal de protagonistas alcançar reconhecimento legal e justiça real perante instituições que, teoricamente, teriam esse dever. O papel da política e da mídia, naquele período democrático, conferiu uma certa visibilidade à história desses soldados, que obtiveram solidariedade e respaldo de relevantes figuras institucionais. Contudo, o processo e a subsequente detenção do casal atestam as imperfeições de um sistema judiciário que, nem sempre independente e imparcial, mostra-se ocasionalmente condicionado por hierarquias e poderes pouco nítidos.

Porém, acreditando na democracia, os protagonistas do depoimento desafiaram aparatos institucionais não acostumados ao debate, reivindicando uma redefinição da realidade mais próxima às exigências humanas e, por isso, enfrentaram diretamente a repressão de um poder que lhes deixou cicatrizes que os fizeram refletir sobre o próprio papel como sujeitos históricos. As argumentações apresentadas no testemunho evidenciam a necessidade de promover uma convivência menos violenta e mais harmoniosa entre os humanos, consolidando a democracia a partir da educação à valorização de todas as formas de ser, reafirmando o compromisso com o respeito da alteridade.

Nessa perspectiva, ressaltamos a relevância das ideologias, vistas como projetos de mudança social, na afirmação da democracia, sublinhando que esse depoimento apresenta propostas concretas de reorientação de uma realidade castrense, diretamente conhecida pelos protagonistas. Portanto, reivindicando o poder da escrita de recriar e traduzir a realidade não podemos

desconsiderar a importância de figuras como o ex-sargento Fernando que, no seu testemunho, mostra-se uma pessoa francamente comprometida com valores democráticos.

No seu afastamento observamos um episódio de derrota de uma possibilidade de diálogo e de um progresso social, tão necessário no Brasil e no mundo. Mesmo olhando para a infelicidade dessas vicissitudes, não consideramos que seja possível nem oportuno desistir da esperança na reconfiguração de estruturas humanas, constatando a necessidade de ocupar espaços que foram, por demasiado tempo, apanágio de poucos. Modelos de masculinidade que geram sofrimento e legitimam a violência precisam ser repensados, redefinindo parâmetros que excluíram partes tão significativas da sociedade, como as mulheres e as dissidências aos modelos hegemônicos de sexualidade e de gênero. Se o mundo precisa de mudanças e a realidade é obscena, não parece pertinente, nem plausível, uma abstenção social que coincidiria, a nosso ver, com uma desistência à participação e à possibilidade de mudar. Somente repensando as instituições humanas, à luz dos erros e dos horrores da História, poderemos vislumbrar alternativas de lucidez necessárias à consolidação de um caminho de progresso.

Relativamente aos progressos que se propiciaram na sociedade brasileira após a divulgação desse testemunho podemos destacar algumas mudanças. Além da já apresentada modificação do artigo 235 do Código Penal Militar de 1969, ocorrida em 2015, desde 2011 no Brasil são celebrados casamentos homoafetivos, sendo reconhecida juridicamente, graças ao voto unânime do Supremo Tribunal Federal, a união estável entre parceiros do mesmo sexo. Também diversos membros das Forças Armadas decidiram sancionar legalmente a própria união.

Assim, o Exército Brasileiro reconhece que há cada vez mais militares assumidamente homossexuais. Essa realidade pode contribuir à redução das lamentáveis situações de intolerância e desrespeito em relação a parcelas da sociedade historicamente discriminadas e oprimidas não favorecendo situações de assédio. Simultaneamente, essa integração incide na desconstrução de preconceitos, desincentivando escárnios baseados em paradigmas patriarcais obsoletos.

Consequentemente, ponderamos que uma representação mais equilibrada e ampla dos diferentes segmentos sociais e humanos pode proporcionar um impacto positivo na sociedade e também nessas instituições, esperando que, futuramente, assumam um firme compromisso com a diversidade e com o respeito dos seres humanos, educando-se ao abandono de práticas que legitimam a discriminação e exaltam a violência, provocando sofrimento.

Dessa forma, examinando esse depoimento à luz das circunstâncias históricas hodiernas reparamos que, apesar da sua publicação relativamente recente, de 2008, a obra contribuiu a analisar, na sociedade brasileira, uma questão por demasiado tempo escondida pelo obscurantismo e pelo falso moralismo, enriquecendo um debate que se apresenta como extremamente atual.

Como argumentado nesta pesquisa, apoiada em evidências teóricas provenientes de diferentes disciplinas, esse depoimento apresenta-se como uma preciosa ferramenta de análise social que poderá incentivar futuros debates sobre a democratização das instituições militares.

Os protagonistas enfrentaram valentemente um percurso hostil resistindo ao impacto da “educacção” e da rígida educação militar, deixando um legado de liberdade, de consciência crítica e de comprometimento social que ainda inspira quem acredita na construção de uma sociedade mais livre, justa, igualitária, democrática e menos violenta, repudiando lógicas arbitrárias e excludentes que geram sofrimento, tanto na esfera militar quanto na sociedade civil.

Referências

- ALCÂNTARA, Fernando; ARRUDA, Roldão (2008), *Soldados não choram*. São Paulo, Globo.
- ALTHUSSER, Louis (1980), *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado*. Lisboa, Presença.
- BADINTER, Elisabeth (1993), *XY: sobre a identidade masculina*. Tradução de Maria Ignez Duque Estrada. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- BENELLI, Silvio José (2014), *A lógica da internação: instituições totais e disciplinares (des)educativas*. São Paulo, UNESP.
- BOLÍVAR, Rubí C., ZALAUQUETT, Catalina F. e MEJÍAS, Ainhoa V. (orgs.) (2020), *Adiós a las armas. Despatriarcar América desde la cultura*. Santiago de Chile, Taller de Letras.
- BOURDIEU, Pierre (1999), *A dominação masculina*. Oeiras, Celta.
- CARREIRAS, Helena (2004), “Diversidade Social nas Forças Armadas: Gênero e Orientação Sexual em Perspectiva Comparada”. *Nação e defesa*, n. 107, 2ª Série, pp. 61-88. [Consult. 27-12-2022]. Disponível em <http://hdl.handle.net/10071/13813>
- CONNEL, Raewyn e PEARSE, Rebecca (2017), *Gênero: uma perspectiva global*. São Paulo, nVersos.
- D’ARAUJO, Maria Celina (2003), “Pós-modernidade, sexo e gênero nas Forças Armadas”. *Security and Defense Studies Review*. v. 3, n. 1, pp. 70-108. [Consult. 27-12-2022]. Disponível em: https://www.academia.edu/41613905/Pos_modernidade_sexo_e_genero_nas_Forcas_Armadas
- DASSIN, Joan (1992), “Testimonial Literature and the Armed Struggle in Brazil” in J.E. Corradi; P.W. Fagen e M.A. Garretón (orgs.). *Fear at the Edge: State Terror and Resistance in Latin America*. Berkeley, University of California Press, pp. 161-183.
- GINZBURG, Jaime (2016), “Entrevista de João Camillo Penna, concedida a Jaime Ginzburg, em 2 de maio de 2016”. *Teresa*, n. 17. pp. 275-294. [Consult. 27-12-2022]. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/teresa/article/download/125614/124536/>
- GOFFMAN, Erving (1974), *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo, Perspectiva.
- GUASCH, Oscar (2006), *Héroes, científicos, heterossexuales y gays*. Barcelona, Bellaterra.
- MENDES, Juliana Cavilha (2002), *Histórias de quartel: um estudo de masculinidades com oficiais fora da ativa*. Dissertação (Mestrado). UFSC, Florianópolis, 128 f.
- MIELI, Mario (1977), *Elementi di critica omosessuale*. Turim, Einaudi.
- MISKOLCI, Richard (2011), “Não somos, queremos – reflexões queer sobre a política sexual brasileira contemporânea” in L. Colling (org.). *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador, EDUFBA. pp. 37-56.
- MOSSE, George L. (2000), *La imagen del hombre: la creación de la moderna masculinidad*. Madrid, Talasa.

- PAVANELI, Aline e BARRETO, Helena (2018), “Concurso da PM do Paraná tem 'masculinidade' como critério em avaliação psicológica”. *Globo do Paraná*. [Consult. 28-12-2022]. Disponível em <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2018/08/13/concurso-da-pm-do-parana-tem-masculinidade-como-criterio-em-avaliacao-psicologica.ghtml>
- PLANALTO (1969), Decreto Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969. [Consult. 28-12-2022]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1001.htm
- QUINALHA, Renan (2019), “Os direitos LGBT sob o governo Bolsonaro”. *Le Monde Diplomatique Brasil*, ano 12, n. 143, pp. 4-5.
- SOARES, Alexandre S. F. (2014), “Discurso do sujeito: a homossexualidade em textos jornalísticos contemporâneos” in A.D.J. Ferreira (org.), *Relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade: perspectivas contemporâneas*. Ponta Grossa, UEPG, pp. 125-136.
- SOARES, Douglas Verbicaro (2021), “Forças Armadas e discriminações à homossexualidade”. *Revista Pensamento Jurídico*, v. 15, n. 1. [Consult. 28-12-2022]. Disponível em http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_informativo/bibli_inf_2006/RPensam-Jur_v.15_n.1.11.pdf
- SEFFNER, Fernando (2011), “Composições (com) e resistências (à) norma: pensando corpo, saúde, políticas e direitos LGBT” in L. Colling (org.). *Stonewall 40 + o que no Brasil?*. Salvador, EDUFBA. pp. 57-78.
- STOCHERO, Tahiane (2012), “Exército corta aula de guerra antiga e foca terrorismo e conflito em cidades”. *Globo*. [Consult. 28-12-2022]. Disponível em http://www.eb.mil.br/web/imprensa/resenha/-/journal_content/56/18107/1984364;jsessionid=47AD70E50F5C8BEDAA9C719438DEBBD9.lrl?refererPlid=18115#.XG70oOj7TIU
- VECCHIATTI, Paulo Roberto I. (2018), “Mobilização judicial pelos direitos da diversidade sexual e de gênero no Brasil” in J.N. Green; R. Quinalha; M. Caetano e M. Fernandes (orgs.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo, Alameda. pp. 449-470.

Recebido em 28-12-2022

Modificado em 05-02-2023

Aceito para publicação em 10-03-2023